

FERNÃO LARA MESQUITA

Por que o cerrado está desaparecendo

Lemos neste espaço, em 29/8, o pungente alerta do jornalista Washington Novaes para o ritmo da destruição do cerrado, o “bioma” que sustentava pelo menos um terço da biodiversidade brasileira.

O artigo é preciso na descrição sucinta do que foi perdido nestes pouco menos de 30

anos decorridos entre a chegada da agricultura tecnológica à fronteira, então selvagem, entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai – mais precisamente em Ponta Porã, em 1974 – e as derrubadas e queimadas de hoje, que, 2 milhões de quilômetros quadrados de devastação depois, atacam, já, os últimos resquícios das matas de transição entre o cerrado e a hiléia amazônica.

Mas, quando no seu terço final chega às conclusões e à parte propositiva, depois de alertar para o perigo de se alterar tão radical e violentamente o “berço das águas brasileiras” (todas as bacias hidrográficas do continente, não por acaso, se originam no cerrado), o artigo, sem nenhuma cerimônia, abandona o rigor lógico e se transforma – que nos perdoe o Noel – num “feitio de oração”...

De qualquer maneira, é difícil não ver nele, tanto pelo que ali se diz quanto, principalmente, pelo que não se ousa dizer, uma síntese dos vícios e das virtudes do pensamento ecológico da geração formada nos anos 70.

Sei exatamente que sensação terrível produz nas pessoas ambientalmente sensíveis a visão daquelas enormes extensões, hoje sinistramente silenciosas, do vasto deserto verde onde nada voa nem soa, em que a soja asiática e a braquiária africana transformaram aquelas movimentadas florestas em miniatura, de tão ampla diversidade vegetal e animal, uma dependente da ou-



Por que não conseguimos um golzinho sequer nesse jogo só de derrotas?

tra, que constituíram, um dia, o cerrado brasileiro. E compartilho, também, com Novaes a enorme angústia que produz o fato de só restar menos de 5% do cerrado original em fragmentos com extensão suficiente (acima de 2 mil hectares contínuos) para sustentar cadeias genéticas e reprodutivas, o que nos

põe no limiar da impossibilidade, para todo o sempre, de reverter o crime de nossa geração.

Mas, embora esse acachapante resultado do esforço conservacionista (e nada de muito melhor foi obtido em outros biomas) esteja aí, gritando que passamos, há muito tempo, da hora de fazer uma profunda revisão crítica do pensamento e da ação dos ambientalistas brasileiros, continua havendo uma insuperável resistência em se discutir as causas fundamentais desse fracasso. A maioria dos que ainda discutem o nosso drama ambiental – o grande público, cansado da regularidade das derrotas e do irrealismo das “soluções” propostas, há muito desistiu de fazê-lo – insiste em escamotear o fato, central para a solução dessa charada, de que a mesma geração de ambientalistas que continua denunciando toda essa destruição como se ela fosse fruto exclusivo dos erros e omissões alheias é que, pelo menos nos últimos 20 anos, vem formulando e executando a política ambiental que, como mostra a acurada descrição de Novaes, tem fracassado rotundamente até no objetivo comezinho de garantir a salvação de, ao menos, espaço suficiente em cada bioma para assegurar matrizes para uma futura reconstituição.

Não falta aos ambientalistas brasileiros nem abnegação, nem conhecimento científico, nem canais de acesso às informações sobre o que

tem e o que não tem dado certo no mundo, em matéria de experiências práticas de política ambiental. Por que, então, não conseguimos um golzinho sequer, nem que seja o “de honra”, nesse jogo só de derrotas?

A resposta que proponho para a meditação de todos os interessados no meio ambiente brasileiro é: porque há uma interferência não lógica que impede que o diagnóstico seja feito, as conclusões tiradas dos fatos e as soluções práticas adotadas.

Não é mais possível negar o fato absolutamente elementar de que os 2 milhões de quilômetros quadrados do continente sul-americano cobertos pelo cerrado desde tempos imemoriais até 30 anos atrás foram condenados à morte e inapelavelmente executados nesse curtíssimo espaço de tempo – sem quase nenhuma exceção que se possa ainda aproveitar, como registra Novaes – porque a exploração econômica da fauna produzida por esse “pasto natural”, a única alternativa pró-conservação capaz de competir com vantagem com as diversas formas de exploração agrícola que implicam a destruição irremediável dos habitats originais cujos territórios confiscam, foi declarada ilegal pela intolerância ideológica das correntes ambientalistas que controlam e executam até hoje a política para o setor no País, deixando o boi hindu, a estéril braquiária africana que o alimenta e a soja asiática como únicas alternativas de desenvolvimento para as populações daquelas regiões.

A coincidência entre a proibição geral da caça esportiva no País, em 1983, e a aceleração do ataque final da soja e da pecuária sobre o cerrado brasileiro foi um absoluto desastre que, por quase 30 anos já, manteve sozinhos em campo os inimigos da conservação ambiental, na disputa que determina a sorte de cada palmo de solo num mundo economicamente dirigido.

Afirmar que a caça esportiva é apenas um instrumento assessório nas modernas

políticas ambientais – e falto de todos os países do mundo, independentemente das ideologias de seus governos (até Cuba e a China estão nessa) – é negar a realidade. O tamanho desse segmento da indústria internacional de turismo, os valores envolvidos (na casa das centenas de bilhões de dólares e crescendo todos os dias) e a enorme cadeia de produção, serviços e empregos que gira em torno dela em todo o planeta tornaram essa atividade central nas políticas de conservação ambiental, porque ela exige habitats absolutamente sãos para funcionar, produz o dinheiro necessário para resgatar esses territórios da agricultura, financia a pesquisa científica que se requer para reconstituí-los ambientalmente e devolvê-los à natureza e conduz à educação ambiental prática, que é a única que faz sentido. Não é mais preciso ir aos Estados Unidos para constatar o que acabo de afirmar. Basta visitar qualquer país vizinho do Brasil (Uruguai e Argentina por excelência, mas todos os demais também). Nada rende, por hectare, o que rende a fauna que um hectare “caçável” produz, sem necessidade de nenhum investimento pesado. A interação desse fato com os progressos da agricultura tecnológica, capaz de produzir cada vez mais em áreas cada vez menores, determinou um indiscutível refluxo no ritmo da destruição de habitats naturais em todo o planeta. E o único país que insiste em não se beneficiar disso é, justamente, o que poderia ter-se transformado na meca mundial desse tipo de atividade ambientalmente sã, tal era a quantidade de ambientes preservados de que ainda dispúnhamos há menos de 30 anos.

É essa a discussão que tem de entrar na pauta dos nossos ambientalistas e governantes para que, num futuro próximo, possamos, afinal, comemorar alguma vitória do esforço conservacionista.